

ESCÂNDALO DOS PRECATÓRIOS

ACM defende convocação de senadores

Proposta ocorre no momento em que CPI sofre críticas de que estaria preservando parlamentares

MARA BERGAMASCHI

BRASÍLIA — O senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) defendeu ontem a convocação de qualquer autoridade que venha a ser denunciada na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Títulos Públicos, desde que isso não seja feito de "forma leviana." Segundo ACM, a CPI vai adotar medidas para garantir a punição dos envolvidos em irregularidades. "A CPI não vai acabar em pizza", afirmou.

A proposta de ACM ocorre no momento em que a CPI é alvo de insinuações, no meio político, de que seus integrantes estariam sofrendo pressões para preservar os senadores das investigações. A participação dos senadores nos procedimentos para autorizar Estados e municípios a lançar títulos no mercado ainda não foi alvo de exame da CPI.

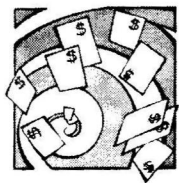
Sempre que a comissão trata, por exemplo, de questões relativas à Prefeitura de São Paulo, o nome do senador Gilberto Miranda (PFL-AM) é citado. Foi Miranda quem, em 1994, se autoneomeou relator do pedido de autorização da Prefeitura para a emissão de 600 milhões de Letras Financeiras do Tesouro do Município.

Na época, o Banco Central aconselhou a emissão de apenas 24 milhões de letras. Miranda empenhou-se e conseguiu convencer o BC a aumentar a autorização para 506 milhões. Depois, o senador, que era presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), acrescentou mais 99 milhões de letras.

A CPI deverá prorrogar seu prazo



Senador garante punição: "A comissão não vai acabar em pizza"



**NOME DE
MIRANDA É O
PRIMEIRO A SER
LEMBRADO**

de trabalho, previsto para terminar em 22 de abril. ACM previu que será necessária uma prorrogação de 45 dias. Segundo o senador, além de apontar os culpados ao Ministério Público, a comissão vai enviar o resultados das investigações às Câmaras e Assembleias, para que possam ser tomadas as providências necessárias. Para ACM, a

CPI tem o dever de corrigir procedimentos do Banco Central e do próprio Senado. "Os pedidos de autorização para emissão de títulos não podem mais ocorrer em regime de urgência." Antônio Carlos Magalhães voltou a defender a convocação, em um único dia, dos dirigentes de bancos citados nas denúncias de irregularidades dos títulos.

Idéia de proibir emissões por 15 anos enfrenta resistência

Possibilidade de Estados e municípios perderem alternativa para contornar dívida é alvo de queixas

BRASÍLIA — A sugestão de proibir por 15 anos a emissão de títulos públicos pelos Estados enfrenta resistências até mesmo dentro do partido de seu idealizador, o relator da reforma administrativa, deputado Moreira Franco (PMDB-RJ). "É uma inovação radical por causa das circunstâncias que estamos vivendo", admitiu ontem o relator, referindo-se ao escândalo dos precatórios.

Em uma conversa com o governador do Rio Grande do Sul, Antônio Britto (PMDB), Moreira ouviu a queixa de que a medida é muito dura para os Estados e municípios que

convivem com dívidas. Numa reunião quinta-feira com o líder do PMDB na Câmara, Geddel Vieira Lima (BA), e com o deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS), Moreira argumentou que a suspensão por 15 anos da emissão de títulos daria ao governo um "tempo chinês" para achar uma saída para o problema da dívida pública interna. "Enquanto isso, os governos estaduais e prefeituras teriam de negociar suas dívidas com outros critérios, encontrar fórmulas para alongar dívidas sem comprometer-se ainda mais com novas emissões", ponderou.

A proposta foi submetida ao Palácio do Planalto. Se receber sinal verde, será acatada em uma emenda aglutinativa (texto dos líderes que substitui na votação em plenário o relatório aprovado na comissão especial). Para o relator, a suspensão da competência de emitir papéis não afetaria tanto os Estados e municípios. "Se for para cumprir as regras atuais, nem todos podem hoje emitir títulos", justificou. Mas o PMDB já estuda uma proposta intermediária que não crie obstáculos aos governadores e interrompa o processo contínuo de crescimento da dívida com novas emissões de títulos.

A idéia de incluir na reforma administrativa uma medida que responda às necessidades expostas pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Títulos Públicos ganhou força depois do recuo de Moreira na redução dos poderes do Senado. Em seu parecer aprovado pela comissão especial da Câmara, Moreira retirou dos senadores a competência privativa de fixar os limites de endividamento público e autorizar a emissão de novos títulos. O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), reclamou e Moreira comprometeu-se a voltar atrás e derrubar a inovação no plenário. "Tivemos de procurar outro caminho", afirmou o relator.



Moreira: "É uma inovação radical por causa das circunstâncias"

Empresa de corretor pode perder contrato

O Ministério Público Estadual pediu na Justiça a anulação da concorrência para contratação de duas empresas que operam radares fotográficos nas ruas de São Paulo. Uma das empresas é a Engebrás, cujo dono é Enrico Picciotto, um dos envolvidos no esquema de operações fraudulentas com títulos. "Estamos pedindo basicamente a anulação da licitação, e conseqüentemente, a do contrato", contou ontem o promotor Alexandre de Moraes.

O pedido foi feito por motivos técnicos, mas duas coincidências causaram polêmica. Uma é o fato de que o dono da Engebrás é também proprietário da corretora Split. Picciotto é investigado pela CPI dos Títulos por ter movimentado milhões de reais em títulos públicos na Split, com a ajuda de "laranjas". A outra é que o dono da Consladel, a outra vencedora da concorrência, doou R\$ 60 mil para a campanha eleitoral do prefeito Celso Pitta.

O pedido de anulação se baseia em duas irregularidades: o critério usado para escolha das empresas foi preço e não técnico e uma das empresas, a Consladel, ganhou mesmo tendo apresentado preço superior ao valor máximo do edital. "Com a anulação, liminarmente, se pára a instalação de todos os radares e quanto aos que já foram instalados, os responsáveis devem ressarcir o patrimônio público", ressaltou Moraes.

Os radares começaram a funcionar no mês passado. Serão instalados 60 no total. A Consladel ficou com os radares móveis e recebe R\$ 17,00 por multa aplicada. A Engebrás forneceu os radares fixos, com preço de R\$ 14,00 por multa.